

Exílios

Testemunhos de exilados
e desertores portugueses na
Europa (1961-1974)

Ana Rosenheim
António Paiva
Carlos Estevão
Carlos Neves
Carlos Ribeiro
Fernando Cardeira
Fernando Cardoso
Hélder Mateus da Costa
Irene Pimentel
Joaquim Saraiva
Jorge Leitão
José Torres
Manuel Branco
Maria Irene Martins
Merita Andrade
Rui Bebiano
Rui Guimarães
Rui Mota
Teresa Couto
Teresa Perdigão
Tino Flores
Vasco Martins

61 AEP 74

Associação de Exilados Políticos Portugueses



TRABALHADORES E
MESMA
MESMO



MIGRANTES - FRANCESES
EXPLORAÇÃO
COMBATE.

Amigos

Vá para onde for o meu futuro pertence-vos
Dedico os meus dias a escrever para vós
Sou um velho pouco bonito, assim dizeis
Mas com alma de rosas e acuçenas...

Dentro de mim com poesia há erva doce
Plantas aromáticas beijando o paladar
O rosmaninho, o alecrim, a salvia, coentros
E o sal do mar com algas e nenúfares.

Vá para onde for o meu futuro sois vós
Um público desconhecido que vou afeiçoando
Não importa se é tarde, como um vinho antigo
Não importa se é cedo o desatar dos nós.

Sou o vosso poeta e as palavras ficam
Como ramos de árvore cheios de pardais
Não quero outra paga, não quero outra glória
Só partilhar convosco os gritos e os ais

Foi nesta cidade que fizemos ninho
Foi neste rio que se nos fez imagem
Quero lembrar-me de vós como bons amigos
Quando chegar o dia da última viagem...

Fernando Morais
In Quadrar

Exílios

Testemunhos de exilados
e desertores portugueses na
Europa (1961/1974).

Ana Rosenheim
António Paiva
Carlos Estevão
Carlos Neves
Carlos Ribeiro
Fernando Cardeira
Fernando Cardoso
Hélder Mateus da Costa
Irene Pimentel
Joaquim Saraiva
Jorge Leitão
José Torres
Manuel Branco
Maria Irene Martins
Merita Andrade
Rui Bebiano
Rui Guimarães
Rui Mota
Teresa Couto
Teresa Perdigão
Tino Flores
Vasco Martins

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: AEP61-74, Associação de Exilados Políticos Portugueses

MORADA: Rua Ilha de S. Jorge, nº 140-3º Dtº
Quinta da Bela Vista Sasseiros
2775-595 Carcavelos
Portugal

WEB

<http://aep61-74.org>

Página Facebook:

<https://www.facebook.com/Aep61-74-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Exilados-Pol%C3%ADticos-Portugueses-499163753603843/>

© 2016 Os autores e AEP61-74

TÍTULO ORIGINAL

Exílios, Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)

AUTORES

Ana Rosenheim, António Paiva, Carlos Estevão, Carlos Neves, Carlos Ribeiro, Fernando Cardeira, Fernando Cardoso, Hélder Mateus da Costa, Irene Pimentel, Joaquim Saraiva, Jorge Leitão, José Torres, Manuel Branco, Maria Irene Martins, Merita Andrade, Rui Bebiano, Rui Guimarães, Rui Mota, Teresa Couto, Teresa Perdigão, Tino Flores e Vasco Martins

COORDENAÇÃO GERAL

Fernando Cardoso

PROJECTO GRÁFICO E DESIGN

Fernando Cardoso

REVISÃO

Beatriz Abrantes e Teresa Perdigão

TRADUÇÃO

Thérèse da Silva, Hugo dos Santos e Adriana Bebiano

1ª EDIÇÃO Março 2016

2ª EDIÇÃO Janeiro 2017

IMPRESSÃO Raínho&Neves Artes Gráficas

TIRAGEM 750 exemplares

DEPÓSITO LEGAL nº 406151/16

ISBN: 978-989-20-6449-9

Este livro discorda, mas também concorda com o Acordo Ortográfico de 1990

Introdução	8	<i>Fernando Cardoso</i>
Prefácio	9	<i>Rui Bebiano</i>
A inevitabilidade do exílio	16	<i>Teresa Perdigão</i>
Não à Guerra Colonial	26	<i>Hélder Costa</i>
Os dilemas não são o meu forte	30	<i>Carlos Estevão</i>
O maneta	34	<i>Carlos Ribeiro</i>
A Grenoble do meu coração	36	<i>Merita Andrade</i>
A ida para França	37	<i>Manuel Branco</i>
Memórias e coisas para serem contadas	39	<i>Manuel Branco</i>
Na região de Grenoble nos anos 61/74 preparávamos a revolução	41	<i>Manuel Branco</i>
Folgas...só de quinze em quinze dias	45	<i>Teresa Couto</i>
Ida e volta uma história de amor. Agora, ir para onde?	46	<i>Ana Rosenheim</i>
Desertores e refractários	53	<i>Irene Lima Martins</i>
1961-1967 Não ser carne para canhão...	59	<i>Vasco Martins</i>
Non, je ne regrette rien	64	<i>José Torres</i>
A passagem	68	<i>Fernando Cardoso</i>
15 Rue du Moulinet, Paris XIII	69	<i>Fernando Cardoso</i>
O grupo da Dinamarca	72	<i>Rui Guimarães</i>
Caminhos da deserção	75	<i>António Paiva</i>
25 A 74: O dia mais longo	79	<i>Rui Mota</i>
Holanda: organizações de solidariedade	81	<i>Rui Mota</i>
Comité de Refugiados na Holanda: uma história por contar	85	<i>Rui Mota</i>
Hotel Regina	96	<i>Joaquim Saraiva</i>
Suzi e os outros	99	<i>Jorge Leitão</i>
Da Dinamarca...com amor	103	<i>Carlos Neves</i>
A importância política da deserção	104	<i>Fernando Cardeira</i>
Posfácio	116	<i>Irene Pimentel</i>
Expérience et mémoire da la desertion et de l'exile	129	<i>Rui Bebiano</i>
Désertion and exile: experience and memory	135	<i>Rui Bebiano</i>
Imagens da época	142	
Estante de O Alarme	148	
Os livros que lemos	150	
Glossário	153	
Que imagens	154	
Créditos fotográficos, agradecimentos	155	
CD com músicas de Tino Flores, ao vivo em Malmö, Setembro 1973		

Tudo estava em paz...

Nasceu este projecto de conversas entre camaradas. O Puxa, o Barbas, o Vasco e eu próprio. Tem “barbas” este assunto.

É quase tão velho como o 25 de Abril. Morreu o Barbas e resolvemos, em silêncio, enterrar o projecto com ele. Não fizemos uma reunião para tomar essa decisão mas sabíamos, dentro de nós, que era o que havia a fazer. Durou anos este enterramento.

Os nossos arquivos foram acumulando mais poeira, as nossas memórias ficando cada vez menos cinzentas, um doce e ácido esquecimento pousando nas prateleiras.

Os protagonistas de uma parte da história portuguesa contemporânea, esquecidos. Tudo estava em paz.

Por razões ainda pouco claras e, de repente, gerou-se um movimento de querer dar a ver, querer testemunhar as dificuldades, os momentos dolorosos e felizes, a festa, a revolta, as saudades de uma pátria triste e violenta. Falar, dizer, escrever o livro dos exílios. Falar, dizer de uma Europa de asilo que nos acolheu e ajudou, tanto. De uma Europa de cidadãos solidários com a nossa causa, com as nossas paixões. Escrever o aperto do coração quando o “salto” nos atirou para uma língua desconhecida que aprendemos na língua e na boca de ouvir e amar. Escrever o que passámos

nos frios do Norte com o Sol escondido e o Mediterrâneo tão longe. Escrever as cartas todas por dizer a nós próprios e aos amigos. Escrever um passado tão antigo, mas que hoje, de repente, grita dentro de nós para que se oiça. Está este livro escrito na direcção do Norte: França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia porque pensamos ser uma das possibilidades de o organizar, à semelhança dos exílios que também viajaram nessa direcção.

No princípio deste livro diz-se “Testemunhos de Exilados e Desertores na Europa (1961/1974)”. Sim, vai ser isso, desta página para a frente. Os exílios clandestinos, os nomes de guerra, os disfarces, a incomunicabilidade, os pensamentos estancados, as vidas duplas e triplas, o indizível, expõem-se.

Não sei porquê, mas parece que perdemos a vergonha. Foram anos difíceis, os anos do exílio. As histórias que se seguem dão conta disso sem vaidade, sem grandes estilos. São histórias nuas de uma geração que não pactuou com o fascismo nem com a guerra colonial.

Uma geração que se foi embora, sempre com a ideia de voltar, para tentar derrubar um estado podre, repressivo, agressor, policial. Uma geração anti-militarista que foi mal recebida, até pelos militares de Abril que não compreenderam muito bem a questão da deserção. De facto, muitos de nós, quando no dia 25 de Abril de 1974, vimos nas várias televisões da Europa, as imagens da Junta de Salvação Nacional, tememos o pior. Aquelas figuras fardadas e hirtas recordavam-nos outras situações de outros golpes militares, noutros continentes.

Mas não foi assim e, estar a escrever isto, é também a prova de que não foi assim.

25 de Abril, sempre! ★

Experiência e memória da deserção e do exílio (como um prefácio)

A abrir

“Pode alguém ser quem não é?” “Pode alguém ser quem não é?” “Pode alguém ser quem não é?” Quando comecei a ler os textos que compõem este livro recordei o refrão obstinado da canção que, em 1972, Sérgio Godinho incluiu no álbum *Pré-Histórias*. Nesse ano fui preso durante uma manifestação contra a Guerra Colonial e tive logo a certeza de que o meu destino estava traçado: a ficha na PIDE-DGS iria impedir-me de continuar a estudar, se não fosse para Caxias seria incorporado no exército, enviar-me-iam então num qualquer batalhão destinado às Áfricas, e, como não podia deixar de ser quem era, escolheria a deserção e o exílio, repetindo o percurso que tantos haviam cumprido antes de mim.

Assim aconteceu, mas o remate deste episódio pessoal ficará para o final deste texto. O que importa agora é sublinhar que o caminho da deserção parecia então natural, quase inevitável, para mim e para muitos daqueles que, como os que dão voz a este volume, decidiram não trair a sua consciência e a confiança dos que, com eles e como eles, não aceitaram pactuar com uma guerra injusta e um governo tirânico.

1.

É dúbia, esquiva, quase sempre marginal, a condição do desertor. Amaldiçoada ou reconhecida, criminalizada ou tomada como heróica, a deserção começa por ser aquilo que os outros - aqueles que a avaliam à distância - declaram que é: um gesto fora-da-lei. Desertar por motivos políticos - tal como abandonar o país antes ainda de ser-se integrado nas fileiras - não era, até ao 25 de Abril, uma decisão fácil e compreendida por todos. Para além de ser considerada crime, impunha, se excetuarmos os círculos mais politizados da oposição ao Estado Novo, uma espécie de desconsideração moral. Correspondia, e assim o regime se esforçava por fazer constar, a uma forma de “traição”, vinculada à recusa em cumprir um

dever para com a “pátria”, cujos interesses se supunha estarem bem acima das escolhas individuais.

Uma parte da desconsideração que alguns setores nostálgicos do passado colonial ou conotados com a direita política continuam a reconhecer em relação a essa escolha, tem esse princípio como ponto de partida, comprovativo de uma mácula que para eles não pode ser lavada.

E, todos estes anos volvidos sobre o termo da guerra que compeliu muitos milhares de jovens a esse passo extremo, ainda existem portugueses, incluindo-se nestes alguns defensores do regime democrático e até militares que desde a primeira hora estiveram com a revolução de Abril, que sentem, e por vezes exprimem, um certo desconforto em relação a quem assume publicamente tê-lo feito.

Para estes, *Le Déserteur*, o velho tema de *Boris Vian*, jamais funcionou como um hino. Não o entendem, não o aceitam.

O substantivo “traição” ecoa então no ar, em conjunto com as palavras “medo” e “conforto”. Sabemos que a realidade por vezes dói, e a realidade é esta: ainda existe quem desconsidere a escolha, dramática e difícil, dos que resolveram não fazer uma guerra com a qual não concordavam.

Dos que trocaram a sua experiência por uma vida de exílio, quase sempre difícil, associada a uma opção política que exigia coragem, pois impunha os maiores perigos e deixava quem a tomava numa posição que iria determi-

nar, talvez para sempre, a hipoteca do bem-estar pessoal e de um futuro presumivelmente tranquilo. Longe pois das insinuações de “cobardia”, a deserção representou para muitos milhares de jovens um gesto de risco e de bravura, no contexto de um processo individual de resistência ao regime injusto e criminoso com o qual não aceitavam pactuar. É importante mostrá-lo e reconhecê-lo publicamente.

2.

Tantos anos depois, a abordagem histórica do tema também permanece difícil. Desde logo porque os testemunhos na primeira pessoa não abundam e a documentação material também não. Eles existem mas têm sido remetidos principalmente para a esfera do privado, só agora começando a surgir à luz do dia.

Depois, porque não existem números precisos e fidedignos sobre o volume de desertores, refratários e faltosos, e sobre a forma como estes se distribuíram pelos seus destinos de exílio. E também, porque os setores da esquerda que defenderam ou pelo menos aceitaram essa escolha, não tinham a tal respeito uma posição consensual, persistindo ainda algumas controvérsias a propósito do tema.

O Partido Comunista Português (PCP) fundava a sua posição numa atitude de efetivo apoio às posições defendidas pelos movimentos independentistas. Desde o início do processo, partilhava da ideia segundo a qual a emancipação dos povos coloniais e a luta do

povo português pela liberdade, possuindo um inimigo comum - o governo fascista e colonialista - se encontravam estreitamente associadas. Todavia, a sua forma de conduzir a luta interna contra a guerra irá evoluindo, nomeadamente no que respeitava ao problema da deserção. Neste sentido, será fundamental a publicação no *Militante*, em Janeiro de 1966 (nº 141), de um documento com uma designação programática: “Criar uma forte organização militar é uma das tarefas mais urgentes do Partido”.

Nele se atribuiu uma enorme importância à organização dos comunistas nos quartéis e à propaganda junto dos soldados, apontando um conjunto de alvos: “contra a guerra das colónias, contra a violência das manobras e exercícios militares, contra as injustiças e vexames vindos dos oficiais e comandos fascistas, contra a intromissão de oficiais estrangeiros e a instalação de bases estrangeiras em território nacional, contra a política de traição nacional do governo fascista, contra o terrorismo político e a repressão, contra a ausência de liberdades democráticas.”

Foi, porém, o tema de deserção aquele que maior desenvolvimento mereceu no documento. Declara-se ali: “É sabido que o partido não só se não opõe, mas preconiza e aplaude a deserção de soldados, sargentos e oficiais que não querem participar nas criminosas guerras coloniais. (...) A organização de deserções colectivas (...) devem portanto continuar e intensificar-se tanto quanto possível”.

Esclarece-se porém que “no que se refere aos seus militantes”, não pode “apoiar a deserção quando ela se faça isoladamente”, pois tal corresponderia a privar muitos jovens de por eles serem esclarecidos, dentro das próprias forças armadas, sobre o carácter negativo da política colonial do governo. Escreve-se mesmo: “Na luta contra a guerra colonial, os comunistas têm de ir tão longe quanto possível, inclusive até às frentes de batalha, sempre com o objetivo de esclarecer os outros soldados que não devem combater, que não devem arriscar a vida para defender os interesses dos monopolistas e outros inimigos da Pátria”.

De igual modo, excluiu-se o abandono do país antes de se assentar praça ou mesmo da ida à inspeção militar, questionando: “como conciliar a atitude destes camaradas com os

objetivos da revolução se eles fogem inclusive a aprender o manejo das armas?” Pouco depois juntar-se-á, em novo artigo («Os jovens comunistas e a guerra colonial”, nº 144, Agosto de 1966), um esclarecimento complementar: “O Partido desaprovava as deserções individuais dos membros do Partido, os quais só poderão desertar quando estão em risco eminente de serem presos como consequência da sua ação revolucionária ou quando acompanharem deserções coletivas.”

3.

Esta foi uma das pedras de toque do processo gradual e multiforme que tendeu a distanciar do PCP muitos dos jovens antifascistas que, particularmente nos últimos anos do regime, se foram aproximando das posições da “esquerda revolucionária”. Nos ambientes universitários, os estudantes comunistas, centrando em larga medida a sua atividade no combate semi-legal contra as políticas educativas do governo e pelo reconhecimento do papel aglutinador da vida associativa, não colocavam como tarefa prioritária a luta anticolonial.

Isto é, não davam clara resposta a uma situação que afetava diretamente a vida dos estudantes do ensino superior e os jovens em geral, afluindo-os, bloqueando o seu futuro e revoltando-os profundamente. Tornou-se assim menos difícil a organização de combativos grupos estudantis que, à sua esquerda, tomaram a oposição ativa à guerra como eixo de boa parte das suas iniciativas.

Ao mesmo tempo, nos meios da emigração, onde muitos exilados e desertores atuavam de maneira organizada no sentido da politização dos trabalhadores emigrados, o tema da guerra tornou-se o fulcro da iniciativa de grupos ativos e militantes, abertamente empenhados em iniciativas de natureza anticolonialista.

Desde os primeiros documentos, a temática anticolonial esteve pois muito presente nos objetivos políticos deste setor político, sendo essa aliás uma das marcas de divergência em relação às atitudes, a esse respeito menos voltadas para o combate imediato — curiosamente, avessa até ao que propunham alguns setores católicos “progressistas” —, que então o PCP tomava. Logo em 1964, no número um do jornal clandestino *Revolução Popular*, órgão do Comité Marxista-Leninista

Português (CMLP), se declarara que “o começo das guerras revolucionárias de libertação dos povos das colónias portuguesas assinalou a passagem a uma nova fase da luta antifascista em Portugal”.

A posição defendida era a de que a luta armada dos movimentos independentistas se deveria articular com a luta, também ela com recurso à violência armada e conducente ao derrube do fascismo, dos portugueses. E de que não havia tempo a perder na prossecução deste objetivo.

4.

Esta opção determinará, mesmo após a dissolução do CMLP, a atividade dos grupos que dele derivaram ou que dele se distanciaram, na curta mas complexa história do nosso autodesignado movimento marxista-leninista, ou maoísta, antes do 25 de Abril.

Apesar das sucessivas divergências que os foram cindindo, quase todas as organizações mantiveram a este respeito, com pequenas diferenças, por vezes meramente formais, três princípios básicos comuns.

O primeiro consistiu em reconhecer que a luta contra o prosseguimento da Guerra Colonial constituía uma tarefa prioritária, prelúdio necessário e indispensável da queda do regime e da instauração de uma sociedade que se desejava nova e mais justa; o segundo impôs que, enquanto ela se mantivesse, um revolucionário não deveria de modo algum aceitar ir combater nos territórios africanos os movimentos

independentistas; consequência deste, o terceiro determinou que, uma vez incorporado nas fileiras das forças armadas, quando fosse mobilizado para seguir para o teatro de guerra ele deveria forçosamente desertar, continuando a bater-se, noutras funções e noutras paragens, pelo fim do fascismo, pela revolução social e pelos direitos dos povos das colónias.

Um desses grupos, e sem dúvida um dos mais ativos, foi a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa), estrutura criada a partir da fusão de *O Grito do Povo* e de *O Comunista*, e na qual militaram ou com a qual colaboraram os autores destes depoimentos.

Este setor propunha a deserção com armas no final da recruta, procurando assim conjugar a recusa da participação na guerra com a efetivação das condições para o lançamento futuro de uma revolução armada que derrubasse o regime.

O *Manifesto dos Soldados* dizia-o com clareza: “Quando desertares, tenta de todas as formas expropriar armas, explosivos, fardas, documentos, mapas, etc... Se tiveres um amigo revolucionário de toda a confiança entrega-lhe o material. Se não, enterra o material, protegendo-o bem da humidade, ou esconde-o num sítio seguro: quando a revolução necessitar, as armas estarão lá, prontas a servir.”

Ao mesmo tempo que procurava materializar estes pressupostos de forma efetiva, criando condições para a saída do país dos militares revolu-

cionários ou mais politizados, a OCMLP participava em organismos “frentistas” associados à luta anticolonial, como os *Comités Servir o Povo* e outros, e, já na emigração, animava jornais, grupos de teatro e associações nas quais o combate contra a guerra e a dinamização da consciência política de setores da comunidade portuguesa imigrante - em França, na Suíça, no Luxemburgo, na Holanda, na Dinamarca e noutros países - constituíam um fator essencial. Vários dos textos aqui propostos contam, de forma bastante detalhada, e por quem a viveu, essa experiência de anos de incansável militância.

5.

Quem escreve este livro são pois homens e mulheres que participaram de forma ativa neste universo, atuando nos territórios do exílio como consequência da sua opção de desertar das forças armadas portuguesas ou de, junto de comunidades portuguesas emigradas na Europa, manter uma iniciativa de apelo à deserção, de propaganda contra a guerra e, globalmente, de resistência ativa e organizada ao regime fascista e colonialista.

As mulheres têm aqui um lugar particular, pois não sendo naturalmente “desertoras” do exército, pautaram a sua condição de exiladas, numa escolha que foi sua, por uma intervenção militante muito próxima de alguns daqueles que o foram. Os seus importantes testemunhos contribuem aliás para completar, ou para revisitar de uma forma própria, muito daquilo que os seus camaradas ou companheiros daqueles tempos e daqueles lugares de exílio nos vão relatando nos seus próprios textos.

Ler o que aqui se conta permite-nos entretanto superar a mera enunciação das escolhas políticas, partilhadas por todos eles, e comuns a tantos outros jovens que escolheram a via do exílio para evitar fazer a guerra e continuar o seu combate, para reconhecermos algum do seu quotidiano e, através deste reconhecimento, para podermos confirmar que o caminho que escolheram não foi, como proclamam ainda uns quantos, o caminho mais fácil.

Abandonar o casulo de origem para, lá longe, “viver com o essencial, recomeçar tudo de novo”, como se diz a dado momento, era tudo menos uma escolha simples. Implicava

deixar a família, a terra ou o bairro de origem, a segurança material possível, viver por vezes um “processo de desclassificação social” - como lhe chama Miguel Cardina no seu estudo sobre o maoísmo em Portugal entre 1964 e 1974 - para passar a viver “às escondidas da sorte”, muitas vezes sem poiso certo, sem trabalho garantido, sem o conforto da cama quente e da mesa certa e segura.

Outras em solidão, à margem da legalidade e sob a ameaça da polícia, dos serviços de emigração e mesmo do longo braço da PIDE. Os lugares do exílio não foram estâncias de férias ou apeadeiros de viagem, mas antes territórios instáveis nos quais eram a juventude do corpo, a solidariedade de alguns companheiros, os amores ocasionais, a fé numa justiça histórica, a dimensão da utopia que gera a esperança, os fatores que melhor alimentavam o corpo, a alma e a determinação para prosseguir.

E depois havia a leitura, o teatro, o cinema, a música, que colaboravam no processo de emancipação e de politização que, no país empobrecido, amordaçado e em guerra de onde vinham, era para uns muito condicionado e para outros praticamente impossível.

Esse é também um cenário que acompanha estas páginas: o de uma espécie de apreensão romanesca do mundo, de conquista de novos horizontes, que transformou estes homens e estas mulheres, conferindo-lhes uma perceção do mundo, da história, da vida pessoal e até do seu próprio país, bastante diversa daquela que era a dos que tinham ficado para trás, habitando o “interior”, ou a dos que acabaram por ir, tantas vezes sem bilhete de volta, parar às frentes ainda mais distantes da Guerra Colonial.

Não só por isso, mas também por isso, estes textos transpiram orgulho. Ao contrário do que podem pensar os que não compreendem, e talvez jamais possam compreender, a escolha pessoal e política da deserção, estes homens e estas mulheres sabem que viveram uma experiência única, sabem que esta os mudou para sempre, sabem acima de tudo que cumpriram um destino que identificaram, e continuam a identificar, como um dever.

E sabem, por muito que algumas experiências de exílio pelas quais tenham passado tenham tido também o seu

inevitável lado negativo, que fizeram aquilo que tinha de ser feito.

A fechar (1)

É verdade que, se descermos ao detalhe, talvez possamos detetar algumas imprecisões, um ou outro anacronismo ou mesmo pequenas contradições em alguns dos relatos ou das referências que surgem nestes testemunhos.

Afinal, o trabalho da memória - que não se confunde com a história, mas a alimenta - passa também, como é sabido, pelo esquecimento, pela seleção daquilo que cada um considera mais relevante e pela incorporação de experiências entretanto vividas noutros momentos e noutros lugares, o que por vezes se traduz na ampliação da margem de erro.

Mas estes casos pontuais apenas servem para destacar o grau de sinceridade e de revisitação do passado que aqui encontramos. Este livro é, por isso, um contributo imprescindível, e intensamente pessoal, para a construção de uma história coletiva que na realidade ainda se encontra por fazer.

Uma história que, um dia concluída, acabará, por certo, com os anátemas que alguns ainda teimam em lançar sobre quem agiu por um imperativo moral que só merece respeito e gratidão.

A fechar (2)

Porque o prometido é devido, e acredito referir uma situação rara, termino com o fim da pequena história

pessoal que comecei a contar no início deste texto. A da minha própria deserção.

Vivi o 25 de Abril já na condição de militar («assentara praça” a 17 de Abril de 1973), tendo, em Agosto de 1974, sido incorporado num batalhão destinado a seguir para Angola. No entanto, como os Acordos de Alvor - que em Janeiro do ano seguinte estabeleceram os parâmetros para a partilha do poder entre os três movimentos independentistas angolanos - ainda não tinham acontecido, a OCMLP, na qual à época militava, decidiu manter o apelo à deserção.

E assim fiz, tendo desertado do Regimento de Infantaria 15, de Tomar, e permanecido na clandestinidade entre Setembro de 1974 e o Janeiro seguinte, quando, com a paz assinada (uma paz transitória, mas isso ainda não sabíamos na altura), pude reintegrar o exército ao abrigo de uma amnistia e, a partir de Fevereiro, seguir de facto para Luanda. Para aí viver, como militar mas também com tarefas políticas propostas pela organização, o “ano de brasa” de 1975.

A “minha” clandestinidade, essa foi vivida a trabalhar como servente de pedreiro numa empresa da construção civil do distrito de Braga. Mas tratou-se de um segundo recurso, porque na manhã de Setembro em que saí da casa dos meus pais, sem que eles pudessem imaginar o que decidira fazer, acreditava ainda ter como destino, como tantos outros antes de mim, como os camaradas que irão falar em seguida, o cami-

nho de um exílio sem retorno à vista, projetado para uma outra vida vivida além dos Pirinéus.

“Pode alguém ser quem não é?” ★

Coimbra, 16 de Junho de 2015

MANIFESTO DOS SOLDADOS



PORTUGUESES

2